

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**

LAIN MENDONÇA DOS SANTOS

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO:
discussões sobre bibliotecas da UFPA

BELÉM
2017

LAIN MENDONÇA DOS SANTOS

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO:
discussões sobre bibliotecas da UFPA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia em 2017.

Orientadora: Profª Drª Franciele Marques Redigolo.

BELÉM
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S 237p Santos, Lain Mendonça dos

Política de Indexação: discussões sobre bibliotecas da UFPA / Lain Mendonça dos Santos. - Belém, PA, 2017.

58 p : il. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2017. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Franciele Marques Redigolo

1. Política de indexação.
2. Bibliotecas universitárias
3. Recuperação da Informação.
4. Indexação – Avaliação. I. Título.

CDD 025.47

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado e aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Franciele Marques Redigolo - UFPA - Orientadora

Prof^a. Dr^a Telma Socorro Silva Sobrinho

Prof^o Dr^o Hamilton Vieira de Oliveira

Apresentado em: ___/___/___

Conceito: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus por nos permitir vivenciar esse momento.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Franciele Marques Redigolo, sempre disponível, principalmente nas horas mais difíceis.

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe, Sandra Sueli Mendonça dos Santos, pelo incentivo durante o curso.

À todo o corpo docente da FABIB e colegas de curso.

Muito obrigado!

RESUMO

É de grande influência nos resultados provenientes da busca do usuário em uma unidade de informação, as diretrizes que norteiam o trabalho do bibliotecário/indexador, pois auxiliam na determinação da consistência na indexação. Os elementos, variáveis e requisitos da Política de Indexação contribuem para alcançar resultados de busca que melhor atenda as necessidades da comunidade de usuários, pois preza pelos interesses desta, satisfazendo as questões levantadas pela demanda. Nesse sentido, a presente pesquisa desenvolve o tema Política de Indexação: discussões em bibliotecas da UFPA. Intenciona discutir a Política de Indexação em Bibliotecas Universitárias, verificar se existe a adoção dessa política nas bibliotecas da UFPA e a possível avaliação das práticas em Política de Indexação. Desenvolve estudo de identificação de aspectos da Política de Indexação praticados nas bibliotecas setoriais e Biblioteca Central. Utiliza revisão bibliográfica para fundamentação teórica e o questionário como ferramenta de coleta de dados. A análise de dados obtidos revela a prática parcial da Política de Indexação nas bibliotecas estudadas, ressalta a iniciativa dos profissionais responsáveis por tais práticas. Conclui ressaltando a importância e necessidade da implementação da Política de Indexação no contexto da Biblioteca Universitária.

Palavras-Chave: Política de indexação. Bibliotecas universitárias. Recuperação da Informação. Indexação – Avaliação.

ABSTRACT

It is of great influence in the results coming from the search of the user in an information unit, the guidelines that guide the work of the librarian / indexer, since they help in the determination of the consistency in the indexation. The elements, variables and requirements of the Indexing Policy contribute to achieve search results that better meet the needs of the user community, as it values the interests of the user, satisfying the issues raised by the demand. In this sense, the present research develops the topic Indexing Policy: discussions in UFPA libraries. Intends to discuss the Policy of Indexation in University Libraries, to verify if there is the adoption of this policy in the UFPA libraries and the possible evaluation of the practices in Indexing Policy. It develops a study to identify aspects of the Indexing Policy practiced in the sector libraries and Central Library. It uses a bibliographical review for theoretical basis and the questionnaire as a tool for data collection. The data analysis revealed the partial practice of Indexing Policy in the libraries studied, highlights the initiative of professionals responsible for such practices. It concludes by highlighting the importance and necessity of the implementation of the Indexing Policy in the context of the University Library.

Keywords: Indexing policy. University libraries. Information Retrieval. Indexing - Evaluation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Seleção das Bibliotecas da UFPA para a coleta de dados	31
Quadro 2- Categorias de análise da Política de Indexação	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	SUBSIDIOS DO TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO	11
2.1	A indexação sob o olhar do tratamento temático da informação	13
2.1.1	O papel da Análise de Assunto na representação da informação	19
2.1.2.1	Leitura documentária	19
2.1.2.2	Identificação de conceitos	21
2.1.2.3	Seleção de conceitos	22
3	POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	23
3.1	Elementos da Política de indexação	25
3.1.1	Cobertura de assuntos	25
3.1.2	Seleção e aquisição de documentos fonte	26
3.1.3	Processo de indexação: a exaustividade	26
3.1.3.1	Processo de indexação: nível de especificidade	26
3.1.3.2	Processo de indexação: escolha da linguagem	27
3.1.4	Processo de indexação: capacidade de precisão e revocação	27
3.1.5	Estratégia de busca	28
3.1.6	Forma de saída dos dados	28
3.1.7	Avaliação do sistema	29
4	METODOLOGIA	31
4.1	BIBLIOTECAS DA UFPA	32
4.2	Questionário	34
4.3	Categorias de análise	35
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: prática de política de indexação em bibliotecas universitárias	37
5.1	Discussão geral dos resultados	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICE A	54
	APÊNDICE B	55

1 INTRODUÇÃO

Perseguindo o objetivo de possibilitar a recuperação de informações úteis ao usuário, a gestão da unidade de informação precisa valer-se de instrumentos de trabalho para a tomada de decisões relativas ao bom funcionamento das atividades nela desenvolvidas. Relativamente ao planejamento de bibliotecas, a Política de Indexação, surgiu com a proposta de melhorar a gestão dos processos relacionados à indexação, pois comporta decisões bem delimitadas, em todas as esferas de ação como o dimensionamento de recursos humanos, financeiro e materiais. É a aplicação da Política de Indexação que define o êxito da atividade de indexação em unidades de informação, a qual delimita os elementos, variáveis, requisitos, instrumentos, métodos e técnicas que melhor se adaptem ao contexto específico da unidade de informação, culminando em maior adequação da resposta gerada em uma busca feita pelo usuário.

As diretrizes da administração na aplicação da Política de Indexação, visam planejar todas as ações intervenientes no processo de indexação, especialmente as ações do catalogador/indexador no contexto das bibliotecas universitárias. Como as demais políticas postas em ação na biblioteca, por exemplo: a política de desenvolvimento de coleções, a política de preservação e conservação de acervo, entre outras, a Política de Indexação deverá ser integrada as demais políticas, por se tratar de um instrumento indispensável para a conquista da qualidade de itens recuperados numa base de dados. Além disso, institui os requisitos que servirão de referência na avaliação do processo de indexação.

Visto a importância do assunto para a unidade de informação, busca-se saber se o sistema de bibliotecas da UFPA mantém uma política de indexação, e o **problema** que se coloca para o desenvolvimento desta pesquisa, centra-se em analisar a atual conjuntura no tocante à Política de Indexação da Biblioteca Central da UFPA e setoriais, bem como a maneira como é feito o monitoramento dessas práticas.

Portanto, propõe-se analisar, como tem-se realizado a prática dos processos ligados a política Indexação vigente no âmbito do sistema de bibliotecas da UFPA.

O **objetivo geral** da pesquisa visa discutir a Política de Indexação no contexto de Bibliotecas Universitárias.

E com o intuito de cumprir a proposta e o objetivo geral, a pesquisa delimita os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Revisar literatura sobre Política de Indexação;
- b) Demonstrar a importância das práticas em Política de Indexação no contexto das bibliotecas universitárias;
- c) Verificar se existe a adoção de uma Política de Indexação no sistema de bibliotecas da UFPA, e a possível avaliação dessas práticas junto as bibliotecas integrantes.

Com relação a metodologia enveredou-se pela sondagem exploratória-descritiva do panorama atual das orientações sobre Política de Indexação nas bibliotecas da UFPA, com embasamento da revisão de literatura específica, fazendo-se uso do questionário, como instrumento de coleta de dados junto aos responsáveis pelo Tratamento Temático da Informação de pelo menos uma biblioteca de cada área do conhecimento, com exceção da área de ciências agrárias, e da Biblioteca Central. Em seguida jogou-se quantitativa e qualitativamente os aspectos em Política de Indexação vigentes, com base na fundamentação teórica.

2 SUBSÍDIOS DO TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Para tornar os documentos acessáveis em um acervo da unidade de informações, é essencial a intervenção de um bibliotecário/catalogador. Os assuntos que foram tratados nesses documentos e as informações que permitem identifica-lo, são objeto de atenção especial desse profissional, para que o usuário obtenha a informação com o menor despendimento possível de tempo. Os recursos de descrição de forma e de conteúdo de documentos, é denominada genericamente como Tratamento da Informação, nela inseridas todas as operações pelas quais a unidade de informação tornará factível cumprimento de sua missão. Resumidamente, o Tratamento da Informação compreende o seguinte quadro de operações realizadas dentro e fora do contexto da biblioteca, como descreve Dias e Naves (2013, p. 7):

- descrição física e temática dos documentos numa biblioteca ou SRI;
- desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) a serem utilizados nessas descrições; e
- concepção/ implantação de estruturas físicas ou bases de dados destinados ao armazenamento dos documentos e de seus simulacros (fichas, registos eletrônicos, etc.). Compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como de especialidades delas derivadas, ou novas especialidades, tais como metadados, ontologias, entre outras.

Assim, percebe-se que para alcançar a finalidade a que se propõe, a administração do sistema de informação, perceberá a necessidade de melhor gerir os assuntos relacionados com o tratamento da informação, pois depende dessas atividades para fazer acontecer o processo da mediação documento/usuário.

Destaca Guimarães (2008) que o tratamento da informação está dividido em tratamento de forma e conteúdo dos documentos, cada qual com suas funcionalidades, atuando na direção de fazer chegar em mãos documentos pertinentes em resposta a uma busca:

Especificamente no âmbito da organização da informação, atividade de natureza eminentemente mediadora, dois universos se descortinam: o primeiro, ligado ao acesso físico aos documentos e o segundo, de natureza mais complexa, voltado para o acesso ao conteúdo

informativa, genericamente denominado de Tratamento Temático da Informação. (GUIMARÃES, 2008, p. 105).

A catalogação descritiva de forma, é essencial para a unidade de informações, por que visa o acesso físico do suporte da informação, identificando-os dentro de um acervo, os quais podem ser encontrados por meio de entradas, como: autor, título, ano da publicação, editora, alocando-os, conforme conjunto de regras, num espaço específico nesse acervo, permitindo rápido acesso ao documento em si, sem maiores detalhes das características do conteúdo da obra, sendo assim, conforme Dias e Naves (2013, p. 15) constituindo-se de: “representações dos documentos a que se referem, pois retratam o essencial dos mesmos por meio de um número reduzido de informações”

A catalogação descritiva de forma devido sua limitação, precisa estar atrelada a descrição de conteúdo, a qual informa as características sobre o que trata um documento específico, os assuntos que o compõe, formando assim um quadro descritivo completo, apontado pela literatura como Tratamento Temático da Informação T.T.I, termo cunhado por Foskett em 1973 em seus estudos, o qual será nosso objeto de estudo, no contexto do fluxo informacional.

No estudo realizado por Guimarães (2008), o Tratamento Temático da Informação, é mencionado claramente a necessidade da utilização desses procedimentos para que possa haver pertinência entre estratégia e resultados da busca, partindo daí a reflexão de sobre seu espaço vital nas atividades desenvolvidas nas bibliotecas e serviços de recuperação da informação:

[...] observa-se que o Tratamento Temático da Informação (TTI) nela ocupa (como se pode observar tanto na literatura quanto nas distintas práticas profissionais) um espaço nuclear, visto revelar a mediação entre a produção e o uso da informação, entre elas tecendo a mais sólida ponte: a que dá acesso ao conteúdo informacional.[...] desse modo, observa-se que um conhecimento registrado (informação socializada) requer que sobre ele se desenvolvam processos específicos de organização [...] (GUIMARÃES, 2008, p. 78).

Por isso, nos processos que permitem o acesso à informação, convergirá todo o empenho das ações realizadas na unidade de informações, sendo o tratamento de conteúdo tão relevante quanto as demais atividades desempenhadas na unidade de

informação, carecendo também de constante aperfeiçoamento, na medida em que as pesquisas na área evoluem.

Barité (1999 apud GUIMARÃES, 2008, p.79) explica que o T.T.I. “tem por objeto os aspectos vinculados à análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos, bem como suas inevitáveis interfaces com as teorias e sistemas de armazenamento e recuperação da informação”.

Podemos observar que as etapas ciclo de operações documentárias, expressão criada por Kobashi em 1994, a qual envolve os procedimentos relacionados com a produção, organização e uso da informação, está diretamente relacionado ao Tratamento Temático da Informação.

Guimarães defende maiores esclarecimentos sobre como realizar uma atividade tão crucial para toda unidade de informações : “[...] ainda se encontra relativamente envolta por uma névoa de incerteza: no que consiste, efetivamente, o conteúdo do documento e, indo além, como identificá-lo para uma posterior representação?” (GUIMARÃES, 2009, p. 108).

É sobre esse binômio documento/usuário, que está enraizada as discussões ao redor da Indexação, guardando estreito vínculo com o êxito da entidade no atendimento à demanda, justificando assim, maiores esforços para compreender melhor o tratamento desses documentos para uso efetivo. Discorreremos sobre isso no próximo tópico.

2.1 A indexação sob o olhar do tratamento temático da informação

A seguir será feita abordagem da atividade de Indexação de assuntos, através de revisão de literatura, com enfoque para a dependência desse instrumento para a disponibilização da informação na unidade de informações. Resumidamente, o documento do UNISIST (WORLD INFORMATION..., 1981, p. 84), define o processo de indexação:

[...] a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto. [...] Durante a indexação, os conceitos são extraídos do

documento através de um processo de análise, e então traduzidos para os termos de instrumentos de indexação (tais como tesouros, listas de cabeçalhos de assunto, esquemas de classificação, etc.). A indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento por meio do processo de análise de assunto e à representação desse conteúdo por meio de conceitos. Esses conceitos, por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária, com vistas à intermediação entre o documento e o usuário no momento da recuperação da informação, seja em índices, catálogos ou bases de dados.

A indexação em unidades de informação, torna evidente para o usuário se determinado conteúdo será relevante ou não para satisfazer sua intenção de busca, sendo uma forma relevante de intercambiar o conteúdo da publicação, proporcionando agilidade na seleção de itens interessantes.

Para Chaumier (1988, p. 74): [...] “a Indexação é uma operação essencial para que se possam recuperar documentos do acervo documentário e então responder, de forma adequada e eficaz, a todo pedido ou questão dos usuários”[...]

A indexação figura como peça fundamental nas atividades desenvolvidas em bibliotecas, por seu caráter funcional, atuando como protagonista na mediação da informação, descrevendo noções exatas das ideias elaboradas pelo criador do conteúdo documental.

Pinto (2001, p. 223) destaca a indexação como pré-requisito para a concretização do ciclo informacional:

Tem por objetivo teórico estabelecer mecanismos para expressar de maneira o mais fiel possível, a representação dos elementos que pertencem ao conteúdo de um documento- seja ele real ou eletrônico- a fim de que o mesmo possa ser recuperado posteriormente.

É também de enormes consequências zelar pela conservação da ideia que o autor intencionou ao compor o texto, demandando do catalogador certo grau de compreensão do conteúdo textual, fidelizando a Indexação à esse conteúdo, afim de não omitir os aspectos que foram de maior destaque na concepção do autor, relegando-os a um aspecto secundário.

Em outro aspecto, Pinto (2001, p. 232) afirma que para a representação do texto, será necessário a criação de documento secundário (o índice) que não é formado meramente por uma representação do documento primário:

Salientamos ainda que a Indexação é uma atividade que desconstrói o discurso montado pelo autor do documento, à medida que faz recortes neste discurso. Assim, ela permite passar de um documento constituído (um documento primário) à sua re(constituição) em um novo documento - índice (um documento secundário) -, o qual é formado, não pela representação do documento inicial, mas pela representação dos elementos indicadores do seu conteúdo e que se constituirão na chave de acesso para a recuperação da informação.

Essa noção de reconstrução do documento primariamente analisado, em documento secundário, aponta para rumo que deve ser alcançado no desempenho da atividade de Indexação.

Relativamente aos objetivos da Indexação, Lancaster (2004, p. 1) reflete que: “[...] os processos de Indexação identificam o assunto de que trata o documento [...]”. O referido autor complementa o conceito de Indexação, destacando a questão da representatividade, afirmando que: “Estas atividades de descrição criam representações dos documentos numa forma que se presta para sua inclusão na base de dados.” Dessa forma a representação conferida pela indexação também servirá também para converter a questão do usuário numa estratégia de busca (LANCASTER, 2004, p. 2).

Percebe-se, dentre outros fatores, que no Tratamento Temático da Informação o processo de Indexação é fator preponderante que vai refletir diretamente na satisfação ou perplexidade do usuário perante os serviços prestados no sistema de informação, como declara Lancaster (2004, p. 3) “o que se almeja, evidentemente, ao fazer uma busca numa base de dados, é encontrar documentos que sejam úteis para satisfazer a uma necessidade de informação, e evitar a recuperação de itens inúteis.” Fujita (2003, p. 62) também compartilha da mesma linha de raciocínio quando afirma que:

Isso nos leva a considerar que a recuperação do documento mais pertinente à questão de busca é aquele cuja Indexação proporcionou a identificação de conceitos mais pertinentes ao seu conteúdo, produzindo uma correspondência precisa com o assunto pesquisado em índices.

É de suma importância primar por estabelecer adequado nível de assimilação de quais são os termos de maior relevância do documento tratado pelo indexador, de modo que no momento da busca feita pelo usuário, haja perfeita sincronia dos assuntos indexados e itens recuperados

O processo de Indexação é composto por quatro etapas, segundo Chaumier (1988, p. 64), que teve por base Van Slype (1977, p. 49): “[...] a Indexação comporta quatro operações distintas, a saber: conhecimento do conteúdo do documento, escolha dos conceitos a serem representados, tradução dos conceitos e incorporação dos elementos sintáticos.” Porém há controvérsias quanto número de etapas envolvidas no ato da indexação, sobre isso explica Fujita (2016):

Ainda que esse processo seja descrito de maneira diversa, em geral, há concordância de que a atividade se dá a partir da realização de três operações básicas comumente identificadas:

- análise: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos;
- síntese: construção do texto documentário com os conceitos selecionados;
- representação: por meio de linguagens documentárias”.(FUJITA 2016, p. 61).

A aplicação dessa metodologia concorrerá para que seja bem-sucedido a representação dos temas principais do documento e sua posterior recuperação na pesquisa do usuário.

Os tesouros, os vocabulários controlados, lista de cabeçalhos de assuntos, as notações de um sistema de classificação, serão utilizadas para a tradução dos termos selecionados do documento em linguagem natural para a linguagem documentária ou linguagens de indexação, estabelecendo um vínculo do sistema de informação e a estratégia de busca do usuário. A importância desse instrumento é apontada por Vale (1989, p. 12) como sendo a:

[...] escolha de uma linguagem de indexação é fator essencial para a eficácia de um sistema de recuperação da informação. Deve-se levar em consideração os objetivos do sistema, o tipo de usuário e a abrangência ou especificidade de assunto a se tratado.

É importante frisar também nos métodos pelos quais o indexador pode realizar seu trabalho, expressa na literatura, são elas: a indexação centrada no documento, no usuário e no domínio. A diferença reside em onde estará o foco de atenção do indexador para realizar a representação dos documentos. Assim, quando o indexador se concentra puramente no conteúdo que irá representar, em detrimento do público a quem se destina e a instituição a que se encontra subordinada a unidade de

informação, estamos no campo da indexação centralizada no documento (SOERGEL, 1985; LANCASTER, 1991).

A indexação centrada no usuário, levará em conta principalmente as possíveis questões dos usuários, através do conhecimento obtido das necessidades dos usuários (ALBRECHTSEN, 1993; FIDEL, 1994). Enquanto que na terceira abordagem, o indexador toma como parâmetro as variáveis acima citadas, e ainda leva em consideração um amplo conhecimento da organização, especialmente os interesses ligados a mesma (MAI, 2005).

Levando em conta as considerações acima citadas, pode-se estabelecer um paralelo com a política de indexação a qual proporciona também a definição do método a ser executado pelo catalogador, gerenciando esse quesito influente nos objetivos e resultados da organização.

Cabe fazer um apanhado sobre qualidades da indexação. Trata-se da análise de quatro fatores fundamentais para os resultados da indexação: exaustividade, especificidade, correção e consistência.

Quando falamos em exaustividade, é comum pensar somente no número de descritores atribuídos na indexação, mas o que distingue a exaustividade é exatamente quantidade de descritores pelos quais o documento seja caracterizado integralmente.

A questão da especificidade na representação do conteúdo documental está relacionada com certos termos que estão presente no texto analisado e que precisam ser indexados com o grau de precisão correspondente, além disso, Gil Leiva (2012, p. 80) acrescenta: “Portanto, é preciso ter linguagens de indexação adequadas ao grau de especificidade que se deseja conseguir e, em seguida, que o indexador localize esses termos adequados durante o processo.”

A correção na indexação é um indicador de ausência de erros, que decorrem de falhas da omissão de descritores que descrevem o conteúdo documental na indexação e inclusão de termos não pertinentes ao contexto do documento analisado, ou ainda pela atribuição de um termo mais genérico, quando se deveria usar um termo mais específico, conduzindo assim a indexação para um baixo nível de correção, prejudicial para a recuperação obtida pelo usuário.

A consistência na indexação estuda o grau de concordância no qual um grupo de indexadores, representa a informação essencial de um mesmo documento, e ainda

a consistência intra-indexador, na qual o documento é representado pelo mesmo indexador em momentos diferentes e então feita a comparação dos resultados avaliando as variações e os motivos que promovem esse evento. Gil Leiva (2012, p. 83) cita as diferentes vertentes desse estudo:

Por um lado, pode ser classificada em literatura teórica que investiga os motivos que causam os diferentes resultados na indexação e, por outro lado, uma literatura mais experimental, que procura quantificar a similaridade entre várias indexações.

Esse espectro de especificidades relacionada com a indexação nos permite inferir mais uma vez, que tais aspectos concernentes a esse processo, não devem ser relegados à indefinição ou a critério de cada indexador, uma vez que o objetivo é tornar o uso integral de um determinado acervo bibliográfico factível, justificando assim a importância da adoção da política de indexação, para correta operacionalização dos procedimentos envolvidos.

O objetivo de indexar documentos, desde de que conduzido de forma adequada, se estabelece na medida em que o sistema de informação emite em resposta à uma questão de busca, informações plausíveis, indo ao encontro das expectativas da comunidade de usuários:

As etapas de indexação são a análise dos documentos e as questões para a seleção dos conceitos explícitos ou implícitos, e o armazenamento destas palavras-chave como estão, ou sua conversão numa linguagem controlada. Em resumo, a indexação é um processo executado nos objetos suscetíveis de serem representados e nas solicitações dos usuários para, em última análise, satisfazer as necessidades de informação (GIL LEIVA, 2012, p. 72).

A representação da informação através da indexação acontece após percorridas um ciclo de etapas, resultando na determinação dos termos mais atinentes ao conteúdo documental. Com a evolução da teoria da indexação, foi se consolidando uma subárea, que se localiza como a primeira etapa do processo de indexação. Na seção seguinte será discutido a contribuição da análise de assunto para o tratamento da informação

2.1.1 O papel da Análise de Assunto na representação da informação

O processo de Análise de Assunto está compreendido como a primeira fase da Indexação, por isso cabendo aqui um destaque, afim de compreender melhor do que se trata, suas etapas, contribuições e relevância para os estudos em Tratamento Temático da Informação.

Já alertava Naves (1996, p. 2) acerca da necessidade da adequada postura do sistema de informação com relação à questão: “O sistema de recuperação que não tiver como base uma eficiente Análise de Assunto, mesmo adotando procedimentos sofisticados, não conseguirá atingir seus objetivos.”

Na concepção de Fujita (2003, p. 60) a Análise de Assunto é definida como uma “das etapas mais importantes do processo de Indexação. A Análise de Assunto tem como objetivo identificar e selecionar os conceitos que representam a essência de um documento”. O mesmo raciocínio é empregado por Redigolo (2014, p. 52):

[...] a Análise de Assunto está inserida na fase intermediária do tratamento da informação, é considerada a primeira etapa do processo de Indexação e catalogação de assunto, pois é nesta etapa que se inicia a determinação do conteúdo documental, por meio da leitura com objetivos profissionais.

Na ação da análise de assunto dá-se o primeiro passo na definição do termos que irão compor o rol dos que se apresentarão com maior nível de relevância para a representação documental.

Cesarino e Pinto (1980, p. 32) informam que o alcance de objetivos na unidade de informações tem seu fundamento na análise de assunto: “é a operação base para todo o procedimento de recuperação de informações”. Tendo em vista esses motivos, cabe ressaltar as etapas que compõe o processo, como é apresentada a seguir.

A saber, as etapas da Análise de Assunto são três, sendo que são inseparáveis entre si, a leitura documentária, a identificação de conceitos e a seleção de conceitos:

2.1.1.1 Leitura documentária

A leitura documentária, segundo Dias e Naves (2013, p. 43) tornou-se, a estratégia clássica de leitura para a Análise de Assunto.

Esse tipo de leitura, conhecida como leitura documentária ou leitura do indexador, tem certas características, não sendo realizada para lazer ou aprendizagem, nem é prazerosa, muito pelo contrário (DIAS; NAVES, 2013, p. 41). Com essa técnica o catalogador/indexador depreenderá o conteúdo que julgar inseparável daquele documento, isto é, da elucidação particular do autor, aquilo que está intrinsecamente relacionado com o documento analisado.

Ainda para os autores a importância da leitura documentária está:

Mais especificamente, consiste em uma leitura direcionada para certas partes do documento, onde serão encontrados elementos especialmente importantes para a identificação do assunto ou assuntos do documento. As partes mais comumente citadas na literatura e nos manuais de Catalogação e Indexação são os seguintes: título, subtítulo, sumário, resumo, introdução, prefácio, apresentação, títulos dos capítulos e bibliografia. (DIAS; NAVES, 2013, p. 43).

Com a atenção voltada para essas seções que descortinam as abordagens textuais, com mais precisão se alcançará a identificação.

A Norma NBR 12676 (1992, p. 2) indica que o exame do documento deve ser realizado a partir de uma leitura técnica das seguintes partes:

- título e subtítulo;
- resumo, se houver;
- sumário;
- introdução;
- ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos;
- palavras ou grupos de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipo diferente, etc.);
- referências bibliográficas.

O catalogador/indexador compreenderá que termos melhor representam à medida que for examinando cada componente da obra. Mas ainda assim, devido as diferentes tipologias textuais, o mesmo deverá se ater a certas partes conforme a forma publicação. Sobre isso Redigolo (2014, p. 57) discute sobre a Norma ABNT 12.676, e define que:

[...]esta se resume em apenas indicar as partes onde deve ser lido, porém não indica a tipologia documental, levando em consideração que cada tipo de documento possui uma estrutura interna. Sendo que os artigos de periódicos possuem uma estrutura típica, como resumo, abstract, palavras-chave, introdução, pressupostos teóricos, materiais e métodos, resultados e considerações, diferentemente de livros que geralmente possuem sumário, prefácio e capítulos.

Então para cada especificidade de diferentes publicações, demandará diferentes incursões da técnica de leitura documentária.

Cintra (1987), ressalta a dificuldade na leitura documentária, posto que o autor não tinha em consideração o indexador ao compor o texto:

Na leitura para fins documentários, entretanto, o princípio de cooperação autor/leitor é rompido, já que, normalmente, o autor não previu o documentalista como leitor. Neste caso, a complexidade natural do processo tem de ser acrescido esse fator. (CINTRA, 1987, p. 28).

Com o contato com o texto, o indexador conseguirá discernir acerca dos conceitos explorados pelo autor.

2.1.1.2 Identificação de conceitos

Realizado o processo de leitura documentária o indexador estará apto a julgar quais termos apresentam-se com maior peso, sobressaindo-se aos demais em ordem de importância, representando melhor documento genericamente.

A norma NBR 12676 (1992, p.2) apresenta alguns questionamentos para a identificação de conceitos em documentos textuais:

- a) qual o assunto de que trata o documento?
- b) como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- c) o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- d) o documento trata do agente dessa ação, operação, processo, etc.?
- e) o documento se refere a métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- f) esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?

- g) foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?
- h) o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (p.ex. um estudo sociológico da religião).

A identificação dos conceitos veiculados no texto obterá maior eficácia, quando realizadas arguições, como as acima citadas, assim os assuntos se tornarão mais “palpáveis” para o catalogador, reduzindo o tempo empregado nessa etapa. Esses conceitos, uma vez identificados serão extraídos para compor a lista de termos identificadores do documento.

2.1.2.3 Seleção de conceitos

Das próprias palavras utilizadas pelo autor da obra analisada, serão definidos e extraídos para configurarem como as que melhor representam a ideia defendida pelo autor, como explica Dias e Naves (2013, p. 55): “Para definir em termos adequados o assunto de um texto é necessário que, primeiro, se extraiam os conceitos que nele estão contidos”.

Segundo De Sousa (2014, p. 24) a seleção do conceito obedece a decisão com respeito também a política de indexação em vigor no sistema de informação:

Para a seleção dos conceitos válidos, determinados pela análise de assunto do documento, os quais serão utilizados para recuperar a informação representada, o indexador não precisa acrescentar todos os termos que escolheu durante o exame. A escolha depende do objetivo para o qual o documento é indexado, devendo considerar os parâmetros de exaustividade e especificidade.

Pôde-se observar que o processo de análise de assunto, como elemento essencial para uma indexação eficiente, deve ser melhor compreendido pelo catalogador, para obter mais consistência nesse processo e sendo um quesito a ser considerado pela política de indexação, assunto discutido no próximo capítulo.

3 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Esse capítulo evidencia os princípios da Política de Indexação, através de revisão de literatura, apontando para a real necessidade de implantação dos procedimentos para o contexto da biblioteca universitária.

À gestão do sistema de informação, afim de melhor servir com oferta de produtos e serviços, cabe mobilizar constantemente métodos que visem o público a que pretende beneficiar, em especial neste tempo onde as exigências do usuário são cada vez mais maiores, demandando esforços maiores do que já foram feitos para conseguir suprir a esses requerimentos.

O processo de indexação de documentos no sistema de informação apresenta-se como uma tarefa primordial ao servir de “ponte” na concretização do uso do acervo. Pensar e efetivar medidas para melhorar o desempenho dessa atividade, assim como de todo o sistema de informação, influirá na qualidade do serviço prestado e corrobora para afirmação do papel da Biblioteca Universitária.

Dentre várias abordagens existentes na literatura, com esse intuito de alcançar maiores patamares de excelência nos serviços de informação, há um modelo de planejamento da administração do sistema de informação que começou a ganhar corpo em nível nacional com trabalhos de Carneiro (1985) que trata da Política de Indexação, o qual está alinhado ao perfil de busca por progressivo aperfeiçoamento da recuperação da informação pelo usuário.

Segundo Fujita (2012):

A literatura não contempla uma definição para política de indexação, mas o conceito é identificado pela função e objetivos. De acordo com Carneiro (1985) o objetivo de uma política de indexação é principalmente definir as variáveis que influem no desempenho do serviço de indexação. Além das variáveis, cita os objetivos de “[...] estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidas [...]” (FUJITA, 2012, p. 20)

Essa preocupação com soluções para um adequado funcionamento do sistema de informação conduz a reflexões para o incremento de ações para a conquista de qualidade na indexação em sistemas de informação.

Fujita (2012) apresenta o motivo para incluir a política de indexação no planejamento estratégico do sistema de informação. Na concepção de Gil Leiva (2008 apud FUJITA, 2012, p. 21), encontramos a seguinte declaração do que trata a Política de Indexação:

[...] tanto a forma de realizar a indexação de uma determinada instituição como o esforço por concretizar, sistematizar e representar em manuais os processos seguidos na indexação.

Complementando esse conceito, Fujita (2012) acrescenta:

Compartilhando das duas visões entendo que a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação. (FUJITA, 2012, p. 22).

Entendida dessa forma, a Política de Indexação representa para o sistema de informação, uma maneira de abalizar as práticas que irão reger o bom funcionamento desse sistema, no âmbito da representação para recuperação da informação e através disso refletir massivamente no maior interesse do usuário: recuperar itens relevantes em sua busca.

Ainda de acordo com Fujita (2012) podemos divisar a extensão dos aspectos cobertos pela Política de Indexação, focalizando as diferentes atividades realizadas no sistema de informação:

A política de indexação pode ser determinada em um sistema de armazenagem e recuperação da informação pela seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário tais como linguagens documentárias ou opção por trabalhar com linguagem natural, além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação. (FUJITA, 2012, p. 22).

Encontra-se em jogo então a própria utilidade do sistema informacional e os interesses daqueles que necessitam desse serviço. Importa que haja conhecimento do quanto a política de indexação pode beneficiar a ambos.

De acordo com Rubi (2012):

Acreditamos, portanto, que a política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa das bibliotecas universitárias representada por meio de uma filosofia que reflita os

objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa. Além disso, a política de indexação deve estar descrita e registrada em manuais de indexação para que possam ser constantemente avaliadas e modificadas, se preciso” (RUBI, 2012, p. 173).

A definição e controle das variáveis influentes na representação e recuperação da informação também demandam a documentação desse processo, por meio do manual de indexação, indispensável para um resultado satisfatório na implementação dos princípios da Política de Indexação no âmbito da biblioteca universitária. Rubi (2012) assegura:

Assim o manual de indexação deve ser elaborado pelas seguintes razões: amplitude da rede de bibliotecas, uma vez que sua filosofia é reunir em um único catálogo os registros bibliográficos de todos os acervos; complexidade da tarefa de indexação e a necessidade de uniformização de seus procedimentos por parte de todas as bibliotecas cooperantes; registro dos procedimentos adotados para que, em caso de novo funcionário, a indexação possa continuar sendo realizada da mesma maneira. (RUBI, 2012, p. 173).

Nesse interesse em gerir os aspectos acima listados e para composição do manual de indexação Carneiro (1985, p. 229-230) estabelece os principais elementos constituintes da política de indexação.

3.1 Elementos da política de indexação

3.1.1 Cobertura de assuntos

Nesse quesito deverá considerar em quais assuntos o planejador deverá priorizar em quantidade e qualidade, além dos assuntos periféricos cobertos por esse acervo, através do conhecimento dos interesses dos usuários, por meio de instrumentos capazes de elucidar tais dados, como por exemplo o estudo de usuário.

3.1.2 Seleção e aquisição dos documentos-fonte

A política de seleção e aquisição está pautada em estudo da clientela a ser atendida, fazendo-se necessário um mapeamento das diferentes características que compõe as especificidades desse público, como áreas de interesse, de atuação profissional, o tipo de publicação que mais utiliza, como artigos, trabalhos técnicos ou preferência para teses, dissertações, etc.

3.1.3 Processo de indexação: a exaustividade

Para Lancaster (2004, p. 27): “A indexação exaustiva implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo.” Esse item também está intimamente ligado ao interesse do usuário, uma vez que os termos que irá recuperar, no momento da consulta ao índice/catálogo serão aqueles que foram escolhidos pelo catalogador/indexador, demandando então uma decisão política bem direcionada, afim de haver pleno conhecimento dos temas de interesse para aquela demanda.

3.1.3.1 Processo de indexação: nível de especificidade

Rubi (2012, p. 176) entende que: “refere-se ao nível de especificidade que tanto a linguagem documentária quanto a unidade de informação permitem ao bibliotecário catalogador ser específico na determinação de um assunto de um documento.” Sendo assim, a especificidade em indexação implica também no interesse do usuário que poderá obter um documento com especificidade suficiente para sua busca ou ter que procurar entre as várias respostas, quando da representação ocorre em nível mais geral. Para Lancaster (2004, p. 34): “O princípio que, isoladamente, é o mais importante da indexação de assuntos é que remonta Cutter (1876), é aquele segundo

o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente.”

3.1.3.2 Processo de indexação: escolha da linguagem

Para Carneiro (1985, p. 233): “Há, portanto, decisões a serem tomadas, com relação à linguagem de indexação, que terão importantes efeitos sobre o desempenho do sistema.”

Deverá optar-se pela linguagem livre, cujo o processo de indexação é rápido, porém apresenta a reserva de ser mais trabalhosa para o usuário no momento da busca, devido a quantidade de termos recuperados com baixo nível de precisão. A linguagem controlada proporciona maior consistência na indexação, sendo que o processo executado pelo indexador é mais lento. Deve-se optar pela linguagem pós-coordenada, que possibilita um alto índice de revocação e pouca precisão dos termos recuperados, já a linguagem pré-coordenada facilita o processo de busca, quando a demanda por documentos requer elevado índice de precisão. Vale (1989, p. 12) reitera dizendo que:

A escolha de uma linguagem de indexação é fator essencial para a eficácia de um sistema de recuperação da informação. Deve-se levar em consideração os objetivos do sistema, o tipo de usuário e a abrangência ou especificidade do assunto a ser tratado.

3.1.4 Capacidade de precisão e revocação do sistema

Refere-se como a gestão do sistema vai oferecer, baseado no perfil do usuário, os resultados das buscas, se em nível mais geral e maior número de termos recuperados ou a opção por poucos termos com precisão maior, ou ainda o meio termo: razoável nível de precisão associada a uma quantidade alta de termos.

Segundo Rubi (2012, p. 176): “Uma vez relacionadas, quanto mais exaustivamente um sistema de informação indexa seus documentos, maior será a

revocação (número de documentos recuperados) na busca e, inversamente proporcional, a precisão será menor.”

3.1.5 Estratégia de busca

Mais um ponto a ser considerado pela política de indexação é se a busca será realizada pelo acesso direto do usuário ao acervo, ou se ocorrerá com a intervenção do bibliotecário. A forma como a estrutura temática do sistema de informação está organizada, pode ser conhecida pelo usuário para servir de ajuda no momento da consulta ao índice/catálogo, como sugere Rubi (2012):

Uma forma de auxiliar o usuário (e o bibliotecário) no momento da recuperação da informação é a disponibilização da linguagem para que o usuário faça a consulta, verifique as opções do sistema de recuperação da informação e decida pelo termo que melhor represente sua necessidade de busca. (RUBI, 2012, p. 182).

3.1.6 Forma de saída dos dados

É levado em consideração a preferência dos usuários por diferentes formatos de apresentação dos resultados de busca, por que influem na precisão exigida. Segundo Carneiro (1985, p. 237):

Um sistema pode apresentar como resposta a uma busca: números de acesso referentes aos documentos, referências bibliográficas, resumos ou o texto completo dos documentos.”

Por essa razão deve ser incluída como decisão política.

3.1.7 Avaliação do sistema

O sistema de informação precisará constantemente planejar formas de avaliar, na intenção de melhorar a gestão dos recursos disponíveis, afim de ofertar plenamente o acesso a cada item que compõe o acervo. Lancaster (2004, p. 135) propõe quatro aspectos principais a considerar quando da ocasião da avaliação da satisfação das necessidades informacionais do usuário:

1. Cobertura: quantos documentos sobre um assunto, publicados durante determinado período, se acham incluídos na base de dados.
2. Recuperabilidade: quantos documentos sobre o assunto, incluídos na base de dados, são encontrados com o emprego de estratégias de busca 'razoáveis'?
3. Previsibilidade: ao utilizar informações da base de dados, com que eficiência o usuário pode aferir quais os itens que serão e que não serão úteis?
4. Atualidade: os itens publicados recentemente são recuperáveis, ou atrasos na indexação/redação de resumos provocam uma situação em que os itens recuperados mostram resultados de pesquisa 'antigos' ao invés de 'novos'?

Os elementos acima citados, são estratégicos para a adoção da política de indexação, contudo, Rubi (2004) adverte no sentido de não reduzir os princípios que a compõe como sendo a simples listagem de preceitos a serem observados tão somente no ato de indexar, mas como sendo um padrão estabelecido pela administração da biblioteca para alcance de finalidades que objetivam melhor prestação de seus serviços, por meio de uma recuperação da informação mais condizente com a circunstancial necessidade do público usuário:

Devemos ressaltar que a política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim uma filosofia que reflete os interesses e objetivos da biblioteca. Isso nos leva a refletir sobre a indexação não somente do ponto de vista do processo, da operação técnica, mas sim da biblioteca como uma organização, pois a tarefa da indexação só terá sentido uma vez norteada e respaldada por essa filosofia. Dessa maneira, estaremos inserindo a indexação no contexto administrativo da biblioteca e não relegando-a a um contexto meramente de cunho técnico, sendo assim valorizada. (RUBI, 2004, p. 19-20).

Encarada dessa forma por todos os atores que colaboram para a efetividade desses princípios, em especial nas ações do catalogador/indexador do sistema de

informação, poderá haver real progresso nesse sentido, uma vez que, segundo Fujita (2016) “a principal função da política de indexação é, fundamentalmente, orientar e sistematizar o trabalho do indexador para o aprimoramento da indexação e, por conseguinte, da recuperação da informação” (FUJITA, 2016, p. 16). Assim o sistema deve voltar seus investimentos para realização de estudos que propiciem alcance dessa meta, como evidencia estudo de Rubi e Fujita (2006), citado em Fujita (2016), o qual aponta para essa realidade:

Em artigo de Rubi e Fujita (2006), sobre o ensino para bibliotecários de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional procurou-se obter por meio da experiência do indexador mais subsídios sobre o tema de políticas de indexação devido à escassez de literatura. Para isso, o artigo relata a experiência do curso à distância “Política de indexação em sistemas de informação” para bibliotecários indexadores das três universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo (Usp); Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – integrantes do Sistema Cruesp/Bibliotecas. Os resultados obtidos revelaram que o grande investimento do sistema de informação deve ser feito no indexador por meio de treinamento constante, formação continuada e grupos de estudos. (FUJITA, 2016, p. 17).

Dessa forma, o sistema de informação poderá efetuar a mudança que precisa ser operada, na prestação de seus serviços, visto que o sistema sempre estará sujeito a medidas que visem a melhoria no atendimento das necessidades informacionais, independentemente do patamar no qual se encontra. Assim, visto a diferença óbvia do sistema que possui uma política de indexação bem circunstanciada, atingindo a expectativa da comunidade usuária, promovendo efetivamente a disseminação o uso da informação, racionalizando os processos do sistema de informação, aperfeiçoando suas práticas e registrando em manual de indexação toda a trajetória percorrida pelos anos de busca da prestação de serviço melhor, no que concerne a representação para recuperação da informação, nos leva a refletir até mesmo, sobre o conceito que a sociedade têm da unidade de informação, pois devido aos motivos apresentados, assumiria um espaço de maior relevância, na incumbência de prover o acesso à informação do todo cidadão.

4 METODOLOGIA

Esse capítulo trata sobre o desenvolvimento teórico/prático, dando destaque aos instrumentos aplicados na pesquisa de campo.

A pesquisa utiliza a abordagem descritiva, de cunho teórico-prático, de classificação bibliográfica, com pesquisa de campo e a análise dos dados obtidos foi feita de modo qualitativo.

A política de Indexação em bibliotecas universitárias tem papel fundamental para desejável recuperação da informação, por isso esta pesquisa visa enfatizar a temática, através de revisão de literatura, consumação dos objetivos específicos “a” e “b”.

Para o levantamento bibliográfico utilizou-se base de dados, livros, artigos de periódicos, dissertações e uma tese, como fontes de pesquisa. Além de explorar a questão no universo do sistema de bibliotecas da UFPA, investigando as práticas de Tratamento Temático da Informação, satisfazendo assim o objetivo específico “c” da pesquisa, por meio da aplicação de questionários, com vistas à indentificação da forma como a prática da Indexação é realizada pelos catalogadores da biblioteca central e de pelos menos uma setorial de cada área do conhecimento, excetuando-se a área de ciências agrárias, representada apenas por uma unidade de informação, onde não houve resposta por motivo pessoal.

O estudo contribui com o conhecimento de dados do tratamento da informação, basilar para as discussões ligadas a Política de Indexação nas unidades de informação da UFPA, de acordo como quadro abaixo:

Quadro 1: Seleção das Bibliotecas da UFPA para a coleta de dados

ÁREA	BIBLIOTECAS RESPONDENTES	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1	
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	2	
CIÊNCIAS HUMANAS	3	
CIÊNCIAS DA SAÚDE	4	5
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	6	7
ENGENHARIA E TECNOLOGIA	8	
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	9	10
MULTIDISCIPLINAR	11	12

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1 BIBLIOTECAS DA UFPA

A universidade, enquanto instituição produtora e desenvolvedora de conhecimentos científicos em diversas áreas, precisa da mediação de produtos e serviços desenvolvidos na biblioteca, os quais convergem para a realização de objetivos comuns ao contexto da Instituição de Ensino Superior, como pontua Santos (2011):

Como parte integrante e obrigatória a toda Instituição de Ensino Superior (IES), a Biblioteca Universitária é essencial na construção do conhecimento da comunidade acadêmica da qual está a serviço e da sociedade na qual se insere. Sua função primordial é disseminar o conhecimento de todos os modos possíveis; e tanto por meio de ambientes de rede como também de troca nas relações interpessoais que aí se estabelecem. (SANTOS, 2011, p. 52).

Possuindo essa função de mediar a informação, Santos (2011) também discute que devido a relevância tanto no contexto acadêmico e para a sociedade, as políticas desenvolvidas nas bibliotecas universitárias devem visar o pleno funcionamento do serviço:

As bibliotecas são elementos constituintes e obrigatórios na infraestrutura da IES, portanto precisam ser prioridade no estabelecimento das políticas institucionais, para que possam servir melhor à comunidade universitária. Se a função das bibliotecas das IES é subsidiar as atividades de ensino, pesquisa ou extensão, então os recursos informacionais, serviços e atividades dessas instituições também são priorizados. Mas, para assegurar o desenvolvimento dessas atividades de maneira eficaz, há necessidade de processos de gestão de informação, tecnologia e conhecimento. (SANTOS, 2011, p. 53).

A biblioteca universitária colabora para avanços na pesquisa, como salienta Souza (2009, p. 18): “Novas pesquisas levam a novos conhecimentos, mas para que esses novos conhecimentos sejam gerados é preciso trabalhar um elemento fundamental na sua construção e transmissão: a informação.” A autora prossegue, defendendo em suas considerações acerca da necessidade da postura resiliente face limitações impostas pela conjuntura à qual inevitavelmente irá depara-se, na finalidade de superar barreiras para cumprir seu papel de relevância:

Vinculada a uma Instituição de Ensino Superior, a biblioteca universitária deve seguir suas diretrizes administrativas e políticas tendo sua autonomia limitada. Sua missão é proporcionar apoio às

atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo que, sua estrutura e serviços prestados têm características próprias. Está dividida nas atividades básicas de aquisição, processos técnicos e atendimento aos usuários e segue procedimentos comuns entre centros de informação/documentação. Organismo vivo, com cultura própria; mantenedora e gerenciadora de recursos bibliográficos, tecnológicos e humanos, não pode perder de vista seu principal foco: o como organização, tem como desafios gerenciar as dificuldades estruturais e financeiras no sistema educacional, a falta de espaço para expansão do acervo físico, a disponibilização dos recursos eletrônicos, o trabalho em rede e os consórcios cada vez mais necessários. Como sistema de informação, procura se adaptar e trabalhar com os diversos fenômenos que envolvam a disponibilização e a busca de informação. (SOUSA, 2009, p. 28).

Com relação ao sistema de bibliotecas da UFPA gestão da Biblioteca Central responsável por coordenar as bibliotecas situadas nas várias partes do estado, emprega diferentes estratégias, atuando na busca de resultados satisfatórios para com seu público. O Relatório de Gestão 2015 (UNIVERSIDADE..., 2015, p. 7), aponta a localização das unidades subordinadas à Biblioteca Central:

- Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann coordena tecnicamente 32 bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas (SIBI/UFPA).
- No campus Belém integra as Bibliotecas dos Institutos (11), dos Núcleos (5), de Programas de Pós-Graduação (5) Unidades Acadêmicas Especiais (3).
- Nos 10 *campi* dos municípios: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Salinas, Soure, Tucuruí.

A informatização dos serviços, possibilitou integração de todo o acervo do sistema de bibliotecas. Conforme o Relatório de Gestão 2015 (UNIVERSIDADE..., 2015, p. 3) todas as esferas da administração foram muito bem direcionadas: “[...] no que se refere a gestão de pessoas, da informação, capacitação, implementação de novos serviços, eventos e em curso a política nacional de bibliotecas universitárias adotada no país”. Mantem convênios com instituições nacionais, participações em comissões e serviços cooperativos. Oferecem à comunidade além dos documentos em suporte impresso, acesso aos periódicos do Portal da Capes, livros, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações em formato eletrônico do Repositório Institucional (UNIVERSIDADE..., 2015, p. 4).

Tendo em vista o alcance dos trabalhos executados nas bibliotecas da UFPA e visando a necessidade de constante aperfeiçoamento de práticas no tratamento da informação, o presente estudo busca ressaltar para a importância da discussão desse tema, que afinal muito tem a ver com a qualidade da informação recuperada pelo usuário.

4.2 Questionário

O questionário (vide Apêndice B) consta de perguntas diretas afim de conhecer os procedimentos de tratamento temático da informação, objeto de análise de uma política de indexação, numa amostra de 12 bibliotecas, sendo aplicado no mês de abril de 2017.

A elaboração do questionário preocupou-se em dar início ao desenvolvimento do terceiro objetivo desta pesquisa, que visou averiguar as orientações praticadas e preconizadas pela biblioteca central da UFPA, com relação à política de Indexação e compreender como ocorre a delegação dos assuntos de política de indexação para as bibliotecas setoriais.

Nesse sentido, para a preparação da primeira questão deste questionário, que se refere aos dados gerais, utilizou-se como ponto de partida o estudo de Mello (2010, p. 47), sobre política de Indexação nas bibliotecas universitárias federais do Brasil, onde aplicou o questionário como instrumento de coleta de dados, afim de avaliar a adoção dos elementos que compõe uma Política de Indexação.

As questões seguintes de número 2, 3 e 4 foram elaboradas especificamente para a bibliotecária responsável pela Indexação da Biblioteca Central da UFPA com a finalidade de compreender como ocorre o processo de comunicação com as bibliotecas subordinadas para tratar de assuntos relacionados a Indexação.

As questões seguintes, de número 5 a 23 foram extraídas do questionário proposto por Fujita (2010), que contempla a prática, a qualidade e a avaliação da Catalogação/Indexação de assuntos.

4.3 Categorias para a análise dos resultados

As categorias para a discussão dos resultados seguiram as questões do questionário aplicado com Bibliotecários das 12 bibliotecas universitárias, sendo que as questões de número dois a quatro foram elaboradas exclusivamente para averiguar a responsabilidade da realização indexação do sistema de bibliotecas da UFPA, bem como para conhecer o acompanhamento da Biblioteca Central com relação aos procedimentos em indexação executados nas setoriais. A primeira questão é composta por doze itens. As questões seguintes estão agrupadas em áreas as quais constituem uma política de indexação: os elementos, as variáveis e os requisitos, compreendidos por: dados gerais da instituição (questões 5, 6, 7, 8, 9); Prática da indexação ou catalogação de assuntos (questões 10 a 13); Qualidades da indexação (questões 14 a 21); Ferramentas para a indexação ou catalogação de assuntos (questões 19 a 21) Avaliação da indexação ou catalogação de assuntos (questões 22 a 23).

Quadro 2: Categorias de análise da Política de Indexação.

DADOS GERAIS	
1	Elementos de política de indexação presentes na biblioteca.
5	Áreas de assunto cobertas pela coleção.
6	Quantidade de profissionais atuantes na biblioteca e formação exigida.
7	Número de profissionais que realizam a tarefa de indexação/catalogação de assuntos.
8	Capacitação do catalogador novato para realização da indexação.
9	Participação em cursos de formação continuada.
10	Realização da indexação a partir de registros copiados de Catálogos ou banco de dados.
10.1	Informar a fonte do catálogo ou banco de dados utilizado
11	Existência de política de indexação regulamentada pela biblioteca.
12	Existência de manual de procedimentos para realização da indexação.
13	Uso de auxílio automático ou semi-automático para facilitar a indexação.
14	Determinação do grau de especificidade.
15	Indicação sobre o número de termos/assuntos por documento
16	Indicação do tempo para realização da indexação por documento.
17	Utilização de norma nacional ou internacional para realização da indexação.
18	Existência de documentos como: manual de indexação, política de indexação, manual de serviços, roteiro de procedimentos, etc.
19	Utilização de instrumento para validação automática de termos atribuídos.
20	Utilização de termos sem controle de vocabulário, em linguagem natural.
21	Participação em projetos de compatibilidade/interoperabilidade.
22	Realização de avaliação periódica da prática da indexação

23	Existência de relatórios publicados da avaliação da indexação.
----	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Na seção abaixo encontra-se a discussão dos resultados a partir das categorias que englobam os quesitos no quadro acima.

Vale alertar que o fato de o sistema de bibliotecas da UFPA não possuir um documento que oficialize a prática de política de indexação, não invalida as proposições sustentadas pelo presente estudo, pois observou-se, nas respostas das perguntas do questionário, a prática de elementos que compõe uma política de indexação. Nunes (2004, p. 56), menciona essa possibilidade:

Isto porque é obvio que a indexação executada nas bibliotecas, pelo menos nas de maior porte e naquelas estruturadas em redes ou sistemas de bibliotecas, impõe a observância de procedimentos compartilhados – de que se constituem as políticas de indexação. Vale dizer, políticas de indexação são praticadas intuitiva e informalmente [...]

Com esse intuito, procurou-se constatar quais elementos já estão presentes na prática das bibliotecas estudadas, sendo assim coerente a proposta delineada pelo presente estudo.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: práticas em política de indexação no contexto das bibliotecas universitárias

A seguir serão apreciadas as respostas dos itens integrantes da 1ª pergunta do questionário.

a) Determinação da cobertura de assuntos (centrais e periféricos)

A determinação da cobertura de assuntos será delineada a partir do estudo de usuário, no momento do planejamento do acervo da unidade informação. Segundo Carneiro (1985, p. 230): “Poderão ser identificadas as áreas onde se torna necessário um tratamento em profundidade e aquelas a serem tratadas superficialmente.”

Com relação aos dados coletados pelo questionário: dentre 12 bibliotecas estudadas, encontram-se 3 onde segundo as respostas, esse item não é observado. É de fundamental relevância saber com quais documentos deverão integrar o acervo documental, definindo as prioridades para onde boa parte dos recursos deverão ser destinados, para garantir atendimento em quantidade e qualidade para o público para o qual o sistema foi projetado.

b) Seleção e aquisição dos documentos-fonte: qualidade dos documentos

Afim de escolher os materiais que comporão o acervo bibliográfico, um estudo dos interesses dos usuários ajudará a escolher qualitativamente os documentos que melhor preencham esse requisito. As repostas dos questionários revelam que: no universo das 12 bibliotecas pesquisadas, 4 não contemplam esse quesito. Sugere-se estudos que permitam deixar claro para o sistema de informação, os melhores materiais a serem inseridos, uma representação fiel das necessidades dos usuários, com um nível que satisfaça os requisitos de qualidade dos assuntos principais propostos pela cobertura oferecida pela unidade de informação.

c) Escolha da linguagem: livre ou linguagem controlada*

Em 100% das bibliotecas analisadas, há uso de um vocabulário controlado na representação dos termos extraídos, para indexação de livros, Cd"s e Dvd"s.

Isso se apresenta vantajoso para um sistema de bibliotecas pois segundo Carneiro (1985, p. 233): “Com a linguagem controlada o processo de indexação é mais

lento, mas o esforço despendido na busca é reduzido. A linguagem controlada permite uma maior consistência na indexação, o que a torna mais indicada a sistema de recuperação que atue em base cooperativa.”* Essa conclusão foi baseada na resposta à pergunta de número dois, específica à Biblioteca Central.

d) Nível de exaustividade: número de descritores

Para Lancaster (2004, p. 27): “A indexação exaustiva implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático de documento de modo bastante completo.” Assim configura-se em uma decisão da política de indexação que certamente afetará no desempenho do sistema, pois como disseminar um acervo que não se encontra disponível em sua totalidade no catálogo?

Uma consequência da indefinição do nível de exaustividade, é o aparecimento de “silêncios” na indexação, o qual é definido por assuntos que fazem parte acervo, mas que não foram representados para a recuperação do usuário. Os dados obtidos foram: somente em 8 bibliotecas está definido a quantidade média de termos para representação do documento analisado.

e) Especificidade: extensão da precisão dos descritores

A especificidade é a decisão que estabelece até que ponto de precisão o catalogador/indexador poderá representar os termos escolhidos, afim de atender uma demanda específica por tais documentos. Compreende o uso de termos mais específicos a descritores mais genéricos. Com os resultados obtidos do questionário, ainda existem pelo menos 4 bibliotecas que ainda não possuem definição com relação à especificidade.

f) Capacidade de revocação do sistema

Baseado no perfil de exigência do usuário, o sistema deverá assegurar um número desejável de documentos relevantes à questão levantada. Na amostra de bibliotecas consultadas, apenas 2 consideram que oferecem um nível adequado de revocação.

g) Forma de saída: a preferência do usuário quanto à apresentação dos resultados

Através de estudo de usuário é possível também compreender o que se apresenta mais interessante com relação aos resultados emitidos pelo sistema, como explica Carneiro (1985, p. 237):

O formato tem grande influência sobre a tolerância do usuário quanto à precisão do resultado. Um usuário que recebe resumos como resultado de sua busca pode tolerar uma precisão mais baixa do que o usuário que recebe os resultados em forma de referências bibliográficas ou apenas números de acesso aos documentos.

Segundo as repostas, observou-se que apenas em 2 bibliotecas levam em consideração a forma de apresentação dos resultados das buscas.

h) Atendimento a partir de interesses dos usuários

De acordo com as respostas, em 6 bibliotecas há estudos pelos quais avaliar quais documentos são mais pertinentes ao perfil da clientela, para composição de produtos e serviços mais próximos dos interesses da mesma.

i) Registro dos procedimentos de indexação

Os registros dos procedimentos de indexação contribuem na proporção em que torna o processo mais uniforme, especialmente quando várias bibliotecas fazem uso de um mesmo catálogo, afim de proporcionar maior consistência inter-indexador. No resultado, em apenas 3 bibliotecas existe alguma forma de registro. A criação de um manual ou roteiro de procedimentos de indexação, muito implica para o aprimoramento da representação da informação, tornando clara a maneira de como realizar a indexação.

j) Capacitação do catalogador para realização da indexação

Tanto inicial quanto em serviço, a capacitação do indexador deve ser uma das prioridades no contexto da unidade de informação, visto que é pelo bom resultado do trabalho desse profissional, que o usuário poderá ter sua necessidade informacional atendida. Sobre esse item em 8 bibliotecas foi referido que são promovidas iniciativas

que colaboram para implementação de novas práticas na representação da informação, como: treinamentos e cursos promovidos pela Biblioteca Central

k) Avaliação do processo de indexação

A avaliação da indexação busca saber junto ao usuário o quanto a unidade de informação tem sido relevante frente as suas questões de busca, o que está também relacionado com a o trabalho do catalogador/indexador. 3 respondentes realizam alguma forma de avaliar os resultados do processo de indexação.

l) Avaliação do sistema pelo usuário

De acordo com o nível de excelência almejado na produção de respostas às buscas do usuário, a unidade de informação estar de tempos e tempos, avaliando junto ao usuário a relevância do serviço oferecido, afim de aperfeiçoar práticas e corrigir falhas. Na pergunta referente a avaliação do sistema pelo usuário, apenas 3 apontaram a existência desse elemento.

m) Outros. Especifique

Não houve nenhuma biblioteca que referiu a prática de mais algum elemento de política de indexação.

Com relação as questões direcionadas especificamente à Biblioteca Central (2, 3 e 4) do questionário, que trata da da responsabilidade da catalogação/indexação de todo o acervo do sistema de bibliotecas da UFPA, delegação dos procedimentos em indexação e monitoramento dessas práticas realizadas nas setoriais (objetivo específico “c”), obteve-se as seguintes respostas:

- dependendo do tipo de publicação: cabe somente a Biblioteca Central a a catalogação/indexação de: artigos, teses e dissertações. Os livros, Cd's e Dvd's são de responsabilidade das setoriais.
- No que tange a delegação e padronização, dos procedimentos em indexação/catalogação no sistema de bibliotecas da UFPA, são regidos pelo código de catalogação AACR2 e cabeçalho de assunto da Library of Congress.
- Na resposta à quarta questão, sobre o acompanhamento dos procedimentos das setoriais, a Biblioteca Central ainda não dispõe de uma forma de avaliar o que foi preconizado pela própria.

DADOS GERAIS	
Questões 5, 6, 7, 8, 9	áreas de assunto da coleção, quantidade de profissionais na biblioteca, quantidade de profissionais que realizam indexação, educação continuada do indexador

O processo de indexação é manual em todas as bibliotecas estudadas. As respostas indicaram que em nenhuma das 12 bibliotecas pesquisadas a tarefa da indexação é realizada por profissional não graduado em biblioteconomia, sendo que em 8 bibliotecas existe apenas 1 bibliotecário que se dedica ao processo de indexação, em 3 bibliotecas 2 bibliotecários cuidam da parte de indexação e em 1 unidade de informação, 4 profissionais realizam a indexação. Em comparação com estudo realizado por Fujita (2016, p. 65) numa amostra de 39 bibliotecas universitárias da região sul e sudeste do Brasil, em três bibliotecas pesquisadas atividade era exercida por pessoal não graduado em biblioteconomia. A autora argumenta sobre o prejuízo gerado principalmente para usuário:

[...] é desejável que seja realizada por profissionais que receberam formação quanto a, por exemplo, estrutura textual referente a diferentes tipologias encontradas no ambiente acadêmico, quanto aos instrumentos de apoio à realização da indexação, assim como quanto à necessidade e busca por informação por parte do usuário. (FUJITA, 2016, p. 66)

Quanto a realização de cursos específicos sobre indexação para o bibliotecário principiante, verificou-se segundo as respostas, que em 8 existe esse treinamento inicial, e 4 bibliotecários relataram não haver. É evidente a necessidade do conhecimento do indexador ingressante na unidade de informação, pois deverá atuar segundo variáveis, como: as especificidades da literatura do acervo que irá tratar, as exigências da comunidade usuária, o perfil da clientela, entre outras. Portanto requer-se da unidade de informação um programa de integração funcional, o qual proporcionará uma visão do contexto ao qual está se inserindo.

Com referência a educação continuada, 6 respondentes afirmaram a não existência desses cursos, palestras e atividades afins que promovam o aperfeiçoamento constante do profissional. 5 responderam participar periodicamente de ações da educação continuada. 1 bibliotecário não respondeu. Como a unidade de informação depende dos serviços do indexador, e para que a haja construção de

novos conhecimentos que possibilitarão maiores avanços na prática da indexação, estima-se que o bibliotecário/indexador deve ser alvo de investimentos em educação continuada.

PRÁTICA DE INDEXAÇÃO OU CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO	
Questões 10 a 13	fonte de registros bibliográficos para conversão retrospectiva, regulamentação de política de indexação, manual de indexação, auxílio automático ou semiautomático na indexação.

A indexação com o uso de conversão retrospectiva de registros bibliográficos para composição de seus catálogos, está presente na prática de 10 bibliotecas, 2 bibliotecários marcaram que não utilizam tal recurso. A distribuição das fontes para consulta nas 12 bibliotecas ficou assim: 8 bibliotecas utilizam como fonte a Fundação Biblioteca Nacional e Rede Pergamum; Library of Congress, 7; Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), 6; Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), 2; Biblioteca Virtual de Saúde (BIREME) e Catálogo Coletivo Nacional (CCN), 1.

Quanto a utilização de auxílio automático para facilitar a indexação e garantir a consistência na representação da informação, obteve-se as respostas: 6 bibliotecas usam esse recurso, 4 não utilizam, 2 bibliotecários marcaram sim, porém não citaram a fonte, e 1 não entendeu a pergunta.

Fujita (2016) faz uma ressalva em referência a utilização desses dados na representação temática:

Essa prática trouxe benefícios à representação descritiva em bibliotecas, porém, no que tange à representação temática, faz-se necessário que os dados obtidos dessa forma sejam avaliados pelo bibliotecário dentro de parâmetros institucionalizados para que se garanta a convergência com as características da biblioteca e de seu público no catálogo.

Com respeito a vigoração de uma política de indexação, a Biblioteca central informou a não existência da mesma.

Segundo Fujita (2016, p. 62): “O estabelecimento da política de indexação é, portanto, imprescindível em sistemas de recuperação da informação, posto que estabelece seus principais atributos e orienta a tomada de decisões para seu planejamento.”

QUALIDADES DA INDEXAÇÃO	
Questões 14 a 21	grau de especificidade, quantidade de termos por documento, tempo para indexação, uso de norma para a indexação, documentação da política de indexação

As respostas negativas emitidas quanto a determinação do grau de especificidade na indexação foram 3. 2 bibliotecários responderam que sim, mas não citaram qual. 1 não respondeu. 6 bibliotecas está estabelecido o grau de especificidade.

Na questão do estabelecimento do número de termos por documento 7 bibliotecários informaram não terem essa definição estabelecida. 5 bibliotecários apontaram uma média de 3 a 5 termos por documento.

O tempo dedicado ao processo de indexação por documento não está estabelecido em nenhuma biblioteca pesquisada.

No quesito da utilização de alguma norma internacional ou nacional para realização da indexação, 11 bibliotecários responderam não seguir nenhuma norma, 1 marcou a opção sim e não ao mesmo tempo.

Na questão sobre o registro em algum documento como política de indexação, manual de serviços, roteiro de procedimentos, etc. dos itens mencionados: grau de especificidade, número de termos por documento, tempo gasto na tarefa da indexação e adoção de alguma norma nacional ou internacional, a Biblioteca Central respondeu não dispor de tais registros em documentos oficiais. Nas respostas das setoriais, também não há indícios de haver esse documento.

FERRAMENTAS PARA A INDEXAÇÃO OU CATALOGAÇÃO DE ASSUNTOS	
Questões 19 a 21	sistema de validação automática de termos/assuntos, uso de linguagem natural, linguagens de indexação utilizadas,

	participação em projetos de interoperabilidade de vocabulários controlados
--	---

As ferramentas de validação automática de termos/assuntos são utilizadas em 10 bibliotecas, porém em 5 bibliotecas não foram descritas as fontes. 1 bibliotecário não respondeu a pergunta e 1 marcou não utilizar essa ferramenta.

O uso de palavras em linguagem natural para representação de assuntos/termos, ocorre em apenas 1 biblioteca, sendo ela a Biblioteca Central. O restante utilizam vocabulário controlado. Foram feitas menções das seguintes linguagens de indexação, algumas bibliotecas com o uso de mais de uma:

- Library of Congress Subject Headings* (LCSH), 7
- Fundação Biblioteca Nacional, 3
- Rede Pergamum, 2
- Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), 1
- Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), 1

-tesauros: Brased (tesauro brasileiro da educação); UNESCO Thesaurus; VCBS (Tesouro da biblioteca do Senado Federal), 1

1 das bibliotecas pesquisadas afirmou participar de projeto de interoperabilidade de linguagens documentais, realizada pela Rede Pergamum, 2 não responderam a pergunta, e 9 bibliotecários marcaram não participar desses projetos.

AValiação da indexação ou catalogação de assuntos	
Questões 22 a 23	ensaio para avaliação periódica da prática de indexação, relatórios de avaliação publicados

Na avaliação da indexação e a publicação dessa avaliação, todos os consulentes foram unânimes ao afirmar que não existe esse importante instrumento que afere o quanto o trabalho do indexador tem sido eficaz para gerar resultados satisfatórios para a comunidade atendida pelos produtos e serviços da biblioteca.

Afim de galgar maiores níveis de excelência para com a representação para recuperação da informação, será compulsório para o sistema de informação, lançar

mão de um eficaz método de avaliação da forma como a indexação tem sido conduzida. Uma das formas mais cabais de conseguir resposta a essa indagação, reside na aferição por meio da recuperação pelo usuário. Almeida corrobora afirmando que a avaliação:

[...] não deve ser uma ocorrência isolada, um evento, mas um processo contínuo por meio dos quais programas e serviços sejam examinados, isolada ou conjuntamente, a fim de se garantir que objetivos e metas estejam sendo cumpridos. (ALMEIDA, 2000, p. 15)

5.1 Discussão geral dos resultados

As respostas obtidas demonstram que por se tratar de uma temática ainda pouco abordada no contexto de unidades de informação da UFPA, não foi detectada a existência de uma política de indexação consolidada. Apesar disso, não se pode deixar de mencionar as diferentes práticas de elementos da política de indexação presentes nas doze bibliotecas analisadas, e por mais que não sejam classificadas como pertencentes a um manual política de indexação, não deixam de ser uma iniciativa louvável, pois todos os elementos identificados, demonstram o interesse dos bibliotecários em proporcionar um serviço relevante.

O interesse em fornecer serviços melhores é o ponto de partida para o alcance do estabelecimento não somente de uma política de indexação, mas para qualquer mudança que precise ser colocada em prática para aperfeiçoar práticas para o alcance do status de excelência.

O estudo exploratório descortinou as particularidades que fazem parte da rotina de procedimentos do indexador, além de visualizar pontos que ainda precisam de esforços ainda maiores para implementação.

Visto que a proposta da política de indexação em todos os seus requerimentos tem o objetivo de aperfeiçoar a representação da informação e conseqüentemente sua recuperação, além de ser um procedimento que gera economia futura de seus recursos, torna-se duplamente defensável e urgente o acolhimento desses esses princípios, nas bibliotecas universitárias como explica Fujita (2016a):

Formalizar os procedimentos de indexação, mesmo que seja a decisão de realizá-la com a definição de diretrizes básicas a serem observadas, não implica custo extra às bibliotecas, tanto no que diz respeito aos seus recursos materiais e financeiros quanto ao humano. Pelo contrário. A racionalização dos procedimentos resultará em economia futura desses mesmos recursos. A Biblioteconomia tem a possibilidade, por meio do desenvolvimento de políticas e manuais de procedimentos, de transformar estratégias em conhecimento explícito da organização. Formalizar decisões em documentos que funcionem como guias a outros funcionários que possam fazer parte da equipe de trabalho e que permitam a melhor visualização das etapas de um processo, aqui o de indexação, permitindo a sua avaliação, é procedimento válido e urgente nas instituições.”(FUJITA 2016, p. 72-73)

O mérito da questão fica sobre o indexador, por isso é identificado como o ponto de partida na implementação da política de indexação, portanto alvo de investimentos da unidade de informação, como explica Fujita (2016b):

[...] o grande investimento do sistema de informação deve ser feito no indexador por meio de treinamento constante, formação continuada e grupos de estudos. Conforme os resultados, quem possui o conhecimento sobre a indexação é o indexador e somente ele poderá iniciar e dar continuidade aos processos de construção de novos conhecimentos sobre a indexação e, conseqüentemente, sobre sua política, dentro do sistema de informação. (FUJITA, 2016, p. 18).

Como visto, a mudança na forma de exercer o processo da indexação e o profissional que a executa, focalizando a função que possuem para a consecução dos objetivos da unidade de informação, aliado a ações que possibilitem o seu pleno desenvolvimento, são critérios para tornar palpável os avanços em qualidade na recuperação da informação.

O questionário alocou os componentes que integram a Política de Indexação em seus: elementos, requisitos e variáveis. Em nenhuma biblioteca setorial foi encontrada a presença todos eles. Verificou-se a dispersão desses componentes, revelando a necessidade de um instrumento que viabilize a padronização para toda o sistema de bibliotecas da UFPA. A criação de um manual de indexação comum a todas as bibliotecas seria o primeiro passo. Já na intenção de oficializar uma política de indexação, a criação de um manual de política de indexação, proporcionaria os requerimentos que cada setorial estaria sujeita a praticar, estabelecendo um padrão a ser alcançado por todas elas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais foram elaboradas a partir dos três objetivos específicos desta pesquisa:

a) Revisar literatura sobre Política de Indexação:

A revisão de literatura sobre Política de Indexação apontou para os elementos que devem ser mobilizados, através de estratégias para o alcance dos objetivos da unidade de informação. As decisões administrativas no que se refere à indexação e a atividade do indexador/catalogador, são os pontos-chave na análise da Política de Indexação. O trabalho do indexador/catalogador, deverá ser regido por decisões previamente estabelecidas, contribuindo assim para maior proximidade nos resultados que se almeja alcançar.

As diretrizes da Política de Indexação demonstram estar estreitamente vinculada a causa do usuário, de modo que as informações que estão mais perto da intenção de busca, sejam recuperadas, e dessa forma ganha também a unidade de informação, a qual paulatinamente crescerá em seus índices de satisfação junto a clientela.

Após o contato com a ideia da Política de Indexação, podemos enxergar a solução para vários entraves causados por falhas que podem ser sanadas pela ação da decisão bem elaborada. Assim no campo das ideias, sem ônus, frente aos escassos recursos financeiros disponíveis, a unidade de informação pode contar, um modelo administrativo potencialmente capaz de circunstanciar quantitativamente e qualitativamente a fiel recuperação da questão de busca.

b) Demonstrar a importância das práticas em Política de Indexação no contexto das bibliotecas universitárias:

Com o estudo realizado, visualizou-se que um sistema de informação que funciona alheio aos princípios da política de indexação, terá maior dificuldade em gerir aspectos fundamentais ao seu funcionamento, poderá comprometer a uniformidade dos processos e ainda aspectos essenciais da indexação como a exaustividade,

especificidade, capacidade de revocação e precisão do sistema, entre outros, ficando assim esmo sem definição, sem determinação.

Priva-se assim um meio eficaz de regulamentar as práticas envolvidas para o uso da informação. Os autores consultados apontam para necessidade e urgência da implantação da política, deixando claro as vantagens e benefícios para usuário e sistema de informação. Assim no contexto da biblioteca universitária, torna-se imperativo o conhecimento da existência da política de indexação e sua adesão.

c) Averiguar as orientações praticadas e preconizadas pela biblioteca central da UFPA, com relação à Política de Indexação e o repasse para sua operacionalização nas bibliotecas setoriais:

O estudo permitiu averiguar a inexistência de uma política de indexação nos processos do sistema de bibliotecas da UFPA e conseqüentemente sua avaliação. Assim vê-se claramente que a implementação de uma política de indexação resolveria as pendências, como a indefinição de: nível de especificidade e exaustividade, definição da norma para realização da indexação, a formação continuado do catalogador/indexador, a avaliação do processo de indexação.

Verificou-se que no quesito da avaliação periódica da indexação e os relatórios provenientes dessa avaliação, não houve menção de utilização de nenhuma das bibliotecas pesquisadas. Depreende-se que a implementação da política de indexação, fornecerá os subsídios necessários para provimento dos elementos referenciais nos quais se basear, para aferir o quanto o processo de indexação tem ajudado ao usuário em suas pesquisas, revelando pendências a resolver e os pontos fortes que precisam continuar.

Como foi observado durante o percurso do presente estudo, é necessário para o usuário e para que aconteça a difusão da informação, os procedimentos pertencentes a área da indexação. A política que regulamenta essa atividade, como foi visto, é tão imprescindível quanto a própria indexação no contexto da Biblioteca Universitária, na atenção aos pedidos, e a plena satisfação destes.

REFERÊNCIAS

ALBRETCHSEN, H. **Subject analysis and indexing**: from automated indexing to domain analysis. *The Indexer*, London, n. 18, p. 219-224, 1993.

ALMEIDA, M.C.B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BARITÉ, M. **Formación de recursos humanos em el área de información em el Mercosur**: compatibilización curricular y competências del profesional de la información em el Mercosur. Santiago, Chile: Universidad Tecnológica Metropolitana, 1999. p. 121-128.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CESARINO, M. A.da N. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 157-168, set. 1985.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Trad. José Augusto Chaves Guimarães. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.21, n.1/2, p.63-79, jan./jun. 1988. Disponível em: <rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/388/362>. Acesso em: 24 out. 2016.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (Coord.). **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1987. p. 27-36.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. 2 ed. Brasília: Briquet Lemos, 2013.

FIDEL, R. User-oriented indexing. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 45, p. 572-576, 1994.

FOSKETT, A. C. (1973). **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. UnB, 1973.

FUJITA, M.S.L. Avaliação da eficácia de recuperação do sistema de indexação PRECIS. **Ciência da informação**, Brasília v. 18, n. 2, p. 120-134, jul./dez.1989. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/304/304>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

FUJITA, M.S.L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089/2219>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FUJITA, M.S.L. **Política de indexação para bibliotecas**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária. 2010.

FUJITA, M.S.L.; SANTOS, L.B.P. dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p.59-76, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/2732>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FUJITA, M. S. L. (Org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária. 2016.

GIL LEIVA, I. **Manual de indización**: teoría y práctica. Gijón: Trea, 2008.

GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Ed.). (2012). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária. 2012.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1, n.1, p.77-99, jan./jun. 2008. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/rt/captureCite/2761/2331>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas em tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Org.). **Avances y perspectivas en sistemas de información y de documentación**. Zaragoza: Prensas Universitárias de Zaragoza, 2009. p. 105-117.

LANCASTER, F. W. **Indexing and abstracting in theory and practice**. London: The Library Association, 1991.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MAI, J. E. **Analysis in indexing: document and domain centered approaches**. Information Processing & Management, Elmsford, v. 41, n. 3, p. 599-611, 2005.

MELLO, D.T. de. **Política de indexação nas bibliotecas das universidades federais do Brasil**. 2010. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez, 1996.

NUNES, C. O. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/411/96>> Acesso em 04 mar. 2017.

PINTO, V.B. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez., 2001. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001695&dd1=a5389> > Acesso em: 12 abr. 2017.

REDIGOLO, F.M. **O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação do protocolo verbal**. 2014. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

RUBI, M. P. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. L. S. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.1-16, 2006. Disponível em:<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/445/256>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

RUBI, M. P. Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Ed.). (2012). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária. 2012. p. 171-183.

RUBI, M. P. Política de indexação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Ed.). (2012). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária. 2012. p. 107-120.

SANTOS, A.da S. **Competências informacionais em gestão de bibliotecas na Universidade Federal do Pará**. 2011. 116f. Dissertação (Mestrado em planejamento do desenvolvimento)–Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOERGEL, D. The rise of ontologies or the reinvention of classification. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 50, n. 12, p. 1119-1120, Oct. 1999.

SOUSA, M. M. de. **A biblioteca universitária como ambiente de aprendizagem no ensino superior**. 2009. 90 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VALE, E. A. do. Linguagens de indexação. In: SMIT, J. W. (Coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1987. p. 11-26.

VAN SLYPE, G. **Conception et gesión des systèmesdocumentaires**. Paris: Ed. d'Organisation, 1977.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 83-94, mar. 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Sistema de Bibliotecas. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann. **Relatório de gestão 2015**. Belém, 2015.

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado(a) Catalogador(a),

Sou graduando do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, estou desenvolvendo o Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema da Política de Indexação nas Bibliotecas da UFPA sob a orientação da Professora Franciele Marques Redigolo, objetivando investigar as práticas da biblioteca central e setoriais em Política de Indexação, demonstrando a importância da Política de Indexação em bibliotecas universitárias. É importante frisar que o interesse desta pesquisa é tão-somente verificar a prática profissional em política de Indexação e não avaliar a instituição, nem seus catalogadores.

Cabe ressaltar que os dados obtidos serão utilizados para fins científicos serão tratados de forma confidencial, não sendo divulgados os nomes dos sujeitos e divulgando os resultados somente para fins propostos na pesquisa

Diante do exposto, solicito sua participação respondendo ao questionário.

Atenciosamente,

Lain Mendonça dos Santos
Acadêmico UFPA

Profª Drª Franciele Marques Redigolo
Faculdade de Biblioteconomia

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

TEMA DA PESQUISA: Política de Indexação nas Bibliotecas da UFPA

Discente: Lain Mendonça dos Santos

1. Aponte os elementos da política de indexação presentes em sua biblioteca:

- () Determinação da cobertura de assuntos (centrais e periféricos)
- () Seleção e aquisição dos documentos-fonte: qualidade dos documentos
- () Escolha da linguagem: livre ou linguagem controlada
- () Nível de exaustividade: número de descritores
- () Especificidade: extensão da precisão dos descritores
- () Capacidade de revocação do sistema
- () forma de saída: a preferência do usuário quanto à apresentação dos resultados
- () Atendimento a partir de interesses dos usuários
- () Registro dos procedimentos de indexação
- () Capacitação do catalogador para realização da indexação
- () Avaliação do processo de indexação
- () Avaliação do sistema pelo usuário
- () Outros. Especifique:

2. A catalogação/ indexação de todo o acervo do sistema de bibliotecas da UFPA é realizada somente pela Biblioteca Central?

- () Sim
- () Não (vá para a questão 3)

3. Como a Biblioteca Central delega os procedimentos em catalogação/indexação que deverão ser adotados pelas bibliotecas setoriais?

4. Existe acompanhamento a fim de comprovar se o que foi preconizado pela Biblioteca Central acerca da catalogação/indexação, está sendo efetivamente cumprido nas bibliotecas setoriais?

- () Sim. Como é feito?
- () Não

DADOS GERAIS

5. Áreas de assunto cobertas pela coleção:

6. Especificar quantidade de profissionais da biblioteca e formação exigida:

7. Número de profissionais dedicados a tarefas de indexação ou catalogação de assuntos:

8. Os Indexadores/catalogadores recebem cursos específicos sobre indexação/catalogação de assuntos quando começam com essa tarefa?

- () Sim. Tipo de curso, duração, etc:
- () Não

9. Os Indexadores/catalogadores recebem formação contínua?

- Sim. Tipo, duração, etc:
 Não

PRÁTICA DE INDEXAÇÃO OU CATALOGAÇÃO DE ASSUNTO**10. Realizam a indexação de documentos/catalogação de assuntos a partir de registros copiados de algum catálogo ou banco de dados?**

- Não
 Sim

10.1 Se realizam a indexação/catalogação de assuntos de registros copiados de algum catálogo ou banco de dados informar a fonte:**11. A instituição dispõe de uma política de indexação regulamentada?**

- Não
 Sim. Foi publicada ou está disponível para consulta pela equipe?

12. Você dispõe de um manual de procedimentos para a indexação/catalogação de assuntos?

- Sim. Comentar. Foi publicado ou está disponível para consulta pela equipe?
Não foi publicado, mas está disponível para catalogadores na rede interna?
 Não

13. Durante o processo de indexação/catalogação de assuntos é utilizado algum auxílio automático ou semi-automático para facilitar essa operação?

- Sim. Listar e descrever:
 Não

QUALIDADES DA INDEXAÇÃO

Responder mesmo que as decisões não estejam descritas em um documento.

14. O grau de especificidade na indexação/catalogação de assuntos está estabelecido?

- Sim. Qual?
 Não

15. Existe indicação sobre o número de termos/assuntos por documento?

- Sim. Qual?
 Não

16. Há indicação de tempo dedicado a esse processo?

- Sim. Qual?
 Não

17. Segue alguma norma nacional ou internacional para a indexação/catalogação de assuntos?

- Sim. Qual?

Não

18. Tudo isso está contido em algum documento? (Política de indexação, manual de serviços, roteiro de procedimentos, etc.)

Sim. Qual?

Não

FERRAMENTAS PARA A INDEXAÇÃO OU CATALOGAÇÃO DE ASSUNTOS

19. Utilizam algum sistema de validação/correção automática de termos/assuntos para garantir a consistência no catálogo/banco de dados?

Sim. Descrever: lista de autoridades tanto de assuntos como de nomes (geográficos, nomes de pessoas, identificadores, séries e títulos).

Não

20. Utilizam termos/assuntos sem controle de vocabulário, isto é, em linguagem natural (MARC21 653)?

Sim.

Não.

Descrever e enumerar as linguagens de indexação utilizadas.

Lista de cabeçalho de assunto. Qual?

Tesouro. Qual?

Outros. Qual?

21. Participam ou participaram de projetos de compatibilidade/interoperabilidade de vocabulários controlados?

Sim. Listar e descrever:

Não

AVALIAÇÃO DA INDEXAÇÃO OU CATALOGAÇÃO DE ASSUNTOS

22. Realizaram algum tipo de testes ou ensaio para a avaliação periódica da prática de indexação/catalogação de assuntos?

Sim. De que tipo?

Não

23. Existem relatórios publicados ou públicos dessa avaliação?

Sim. Listar e descrever:

Não

COMENTÁRIOS: